

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE**

GRACIELE GOMES DAS NEVES

RAQUEL ALVES DE QUEIROZ

**A GRAMÁTICA NORMATIVA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DE
ALVORADA DO NORTE - GOIÁS**

**POSSE - GO
DEZEMBRO/ 2011**

GRACIELE GOMES DAS NEVES

RAQUEL ALVES DE QUEIROZ

**A GRAMÁTICA NORMATIVA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DE
ALVORADA DO NORTE - GOIÁS**

Monografia apresentada à Coordenação de Letras da Universidade de Goiás – Unidade Universitária de Posse, para obtenção do título de licenciadas em Letras-Português/Inglês. Orientadora: Prof^ª. Msc. Jane Adriane Gandra

**POSSE - GO
DEZEMBRO/ 2011**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA
DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE MONOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autoras: GRACIELE GOMES DAS NEVES

RAQUEL ALVES DE QUEIROZ

Título: A GRAMÁTICA NORMATIVA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA DE ALVORADA DO NORTE - GOIÁS

Monografia defendida e aprovada em ____ / ____ / ____.

Com NOTA ____ (_____), pela comissão julgadora:

Orientadora: Prof^ª. Msc. Jane Adriane Gandra / UEG

Prof^ª. Especialista Sara Maria Souza / UEG

Prof^ª. Especialista Mary Luci de Oliveira Lunezzo / UEG

Prof^ª. Esp. Doralice Santiago Rocha
Coordenadora do Curso de Letras-Português/Inglês

Prof^ª. Msc. Jane Adriane Gandra
Coordenadora de Monografia

Dedicamos este estudo a todos os professores, especialmente aos de Língua Portuguesa, que mesmo nas dificuldades diárias nunca desistem do seu ideal. Educadores estes, que muito contribuíram com suas experiências para a realização desta pesquisa.

*As normas são sempre abstrações, rígidas
fórmulas provisórias que não podem aspirar
a incluir as ilimitadas possibilidades do ser.*
(Ortega y Gasset, 1972)

Agradecemos aos nossos amigos e aos nossos professores que nos acompanharam durante nossa caminhada. Nosso sincero muito obrigada a nossa orientadora mestre, Jane Gandra, fonte de inesgotável de paciência e profundo conhecimento, sem os quais não seria possível a realização deste. Obrigada ainda à nossa família por sempre se fazerem presentes e a Deus, pelo seu grande amor incondicional.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como se dão as aulas de gramática no ensino médio de uma escola pública em Alvorada do Norte - Goiás. A ideia do estudo surgiu a partir de observações feitas no decorrer do estágio supervisionado. Neste, percebemos a aversão, apatia e dificuldade com que a maioria dos alunos tinha diante do estudo sistematizado da norma padrão. Por meio de pesquisa de campo, verificamos que o ensino de gramática é sempre no reforço das regras. Não há uma reflexão acerca dos conteúdos propostos, os exercícios geralmente são objetivos, com apenas uma resposta possível, onde as demais possibilidades são descartadas. Até mesmo as interpretações de textos dão ênfase às respostas prontas. Enfim, entendemos que para que as aulas de GN se desenvolvam de forma eficaz é preciso que estejam vinculadas ao contexto social dos estudantes e à prática crítica e reflexiva das normas que regem o ensino, desmitificando concepções de uma língua única e imutável, pois se sabe que a gramática de uma língua possui muitas faces, todas elas de igual importância.

Palavras-chave: Gramática normativa – Norma padrão – Práticas Educativas – Língua Portuguesa – Educador.

ABSTRACT

The present work aims to analyze as they give lessons in grammar school at a public school in North Dawn - The idea of Goias study arose from observations made during the supervised training. We realize the hatred, apathy and difficulty that most students had before the systematic study of the standard pattern. Through field research, we found that teaching grammar is always the stronger rules. There is no reflection on the proposed content, the exercises are usually goals, with only one possible answer, where the other possibilities are ruled out. Even the interpretations of texts emphasize the answers. Finally, we understand that for the classes of grammar rules are developed effectively it must be linked to the social background of students and the critical and reflective practice of the rules governing education, demystifying concepts of a single language and immutable, because we know that the grammar of a language has many faces, all of equal importance.

Keywords: Normative Grammar - Standard Practice - Educational Practices - Portuguese Educator

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: RENDA FAMILIAR.....	27
GRÁFICO 2: ÍNDICE DE APROVAÇÃO.....	28
GRÁFICO 3: DISCIPLINA QUE MAIS GOSTA.....	30
GRÁFICO 4: GOSTA DE GRAMÁTICA.....	31
GRÁFICO 5: ACHA AS AULAS DE GRAMÁTICA INTERESSANTES.....	32
GRÁFICO 6: QUAL ÁREA DA GRAMÁTICA.....	32
GRÁFICO 7: TEM DIFICULDADES NOS EXERCÍCIOS E ATIVIDADES DE GRAMÁTICA	33
LISTA DE TABELAS	
TABELA 1: DISTÂNCIA DA MORADIA DO ALUNO EM RELAÇÃO À ESCOLA.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.0. CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRAMÁTICA NORMATIVA: VELHAS DISCUSSÕES, NOVAS ABORDAGENS.....	13
1.1. O ENSINO DE GRAMÁTICA, UMA QUESTÃO APARENTEMENTE INSOLÚVEL.....	15
2.0. A GRAMÁTICA E A PEDAGOGIA DA CONTRADIÇÃO	21
2.1. A REAL SITUAÇÃO DAS AULAS DE GRAMÁTICA NO ENSINO MÉDIO ...	24
PÚBLICO EM UMA ESCOLA DE ALVORADA DO NORTE - GOIÁS.....	24
2.3. PROPOSTAS PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA.....	33
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS.....	38

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo primordial refletir sobre a percepção dos estudos linguísticos associados às concepções da Gramática Normativa¹ no contexto atual. Espera-se com isso colaborar com as modernas tendências sociolinguísticas que almejam mudanças na aplicabilidade da GN, tornando-a assim, mais contextualizada no cotidiano escolar do educando, já que a mesma é entendida nesse âmbito como conjunto de regras de bom uso. As definições que a norteiam se fundamentam em teorias sobre as quais os alunos devem assimilar a maior quantidade de regras possíveis, registradas mais especificamente como *o falar e o escrever melhor*, que estão ligadas ao sucesso prático.

Reafirma-se que o papel da escola é ensinar o português padrão, ou criar condições para que ele seja aprendido (Possenti, 2009), mas que durante seu ensino sejam observadas as diferenças presentes nos falares, cabendo a GN ativar uma reflexão constante sobre a língua materna. Dessa maneira, acredita-se ser interessante utilizar as linguagens e a análise linguística através de explicitações, sem excluir o saber intuitivo metalinguístico ou o linguístico natural, que o indivíduo já traz de casa.

A GN busca ditar as regras gramaticais de uma língua posicionando as suas prescrições como a única forma correta de sua realização, categorizando as outras formas possíveis como *erradas*. Diante desse fato e, principalmente, por perceber que os alunos encontram dificuldades para assimilar essas regras, uma vez que a escola valoriza a gramática descontextualizada, o ensino de língua portuguesa necessita urgentemente de mudanças quanto à sua aplicabilidade nas salas de aula.

Deve-se buscar, portanto, alternativas eficazes para preparar os discentes para esse novo enfoque dado ao ensino, visando, sobremaneira, à competência comunicativa dos mesmos, desmistificando os estudos linguísticos que são normalmente considerados infundados em associação às normas gramaticais.

Assim, almeja-se através deste estudo apresentar as concepções dos linguistas acerca da real necessidade da GN no contexto atual, contudo, dissociando-a de um conceito único, pronto e imutável. E, conseqüentemente, na mudança de uma postura passiva do educando diante da normalização da língua.

¹ A partir daqui, utilizar-se-á a sigla GN para designar o termo Gramática Normativa.

Esta afirmativa advém das observações feitas durante as aulas de gramática. A partir de então, foi inevitável o seguinte questionamento: como eram trabalhados os conteúdos relacionados à GN naquelas turmas de ensino médio, já que havia tanto um baixo índice de aproveitamento escolar como um desinteresse por parte dos educandos para com a Língua Portuguesa. Então, para desenvolver essa perspectiva, pensou-se em subdividi-lo em dois capítulos. No primeiro, pretendeu-se apresentar as teorias que norteiam os estudos sociolinguísticos, abordando as concepções de estudiosos como Mattos e Silva (2006), Uchôa (2007), Marcos Bagno (2009), Luiz Carlos Travaglia (2009), Sírío Possenti (2009), dentre outros.

Quanto ao segundo capítulo, apresenta-se uma pesquisa de campo realizada junto à turma do 3º ano do ensino médio em uma escola em Alvorada do Norte - Goiás, para se conhecer a real situação da GN em sala de aula. Durante as aulas de Língua Portuguesa, notou-se por parte dos alunos uma aversão e desinteresse com o conteúdo gramatical e a feitura de exercícios em classe.

Por meio de pesquisa de campo, verificou-se que o ensino de gramática é sempre normativo. Os docentes não abrem espaços em suas explanações para refletirem sobre o conteúdo linguístico. O aluno reproduz esquemas pré-estabelecidos por meio de exercícios de fixação, em que é permitido apenas um tipo de resposta. Não há associação entre GN e o textual, os discentes pouco interpretam o que leem. Diferentemente do que se encontrou durante esta investigação, acredita-se que o ideal é que as aulas de GN partam da vivência linguística do aluno, e que este reflita sempre a norma culta que lhe é exigida.

Na última parte deste trabalho, inventariou-se uma lista de atividades que poderão auxiliar o trabalho com GN em sala de aula. Abordagens estas que se espera poder contribuir para a pedagogia daqueles que arduamente permanecem como educadores, por amor à profissão.

Como conclusão, o leitor poderá encontrar nestas páginas discussões que se centram na ideia de que a GN deve partir daquilo que o aluno já conhece e que precede a sua escolarização, isto é, por meio de práticas significativas.

1.0. CONSIDERAÇÕES SOBRE A GRAMÁTICA NORMATIVA: VELHAS DISCUSSÕES, NOVAS ABORDAGENS...

A gramática normativa é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. É um conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. (TRAVAGLIA, 2009, pg.2)

A epígrafe que abre este capítulo tem como objetivo suscitar a discussão que será abordada ao longo deste estudo e se refere ao modelo de gramática que está internalizada na maioria dos docentes que ministram as aulas de Língua Portuguesa, no tocante ao ensino da gramática. Esta, por estudar apenas os fatos da língua padrão, baseia-se em geral na escrita, dando pouca relevância à variedade oral da língua, apresentando e ditando normas para a correta utilização do idioma, prescrevendo o que deve e o que não se deve usar. Neste sentido, Travaglia afirma que “não há um bom ensino sem o conhecimento profundo do objeto de ensino e dos elementos que dão forma ao que realizamos em sala de aula” (TRAVAGLIA, 2009, pg.10). Logo, é indispensável fazer uma proposta de ensino da gramática que seja pertinente à vida dos alunos buscando integrar seu estudo à prática da leitura e compreensão de textos, à produção textual, à aquisição de vocabulário e a variável aplicabilidade das regras que a compõe, como aborda Mattos e Silva, pois

A escola é um instrumento para a socialização do indivíduo e a escrita e a leitura são fundamentais no desenvolvimento das formas de comunicação nesse processo de socialização. No que concerne ao enriquecimento do conhecimento que se pode chamar de natural da língua materna, alguma “gramática” deverá ser ensinada, a partir do momento que é necessário regular a fala e a escrita do aluno aos padrões de uso (MATTOS E SILVA, 2006, p. 81).

Isso não quer dizer que dentro do ambiente escolar, o saber intuitivo, metalinguístico, o linguístico natural devam ser excluídos em virtude do conteúdo normativo, mas devem fazer parte do processo pedagógico permanente de enriquecimento da língua que o aluno já traz em sua bagagem que precede a escolarização, como adverte Sírio Possenti (2009). Com isso, entende-se que a escola não deve interferir nas habilidades linguísticas já existentes nos alunos, mas procurar aumentar os recursos que eles já possuem para que tenham ao seu dispor

o maior número possível de elementos linguísticos e que saibam utilizá-los nas mais diversas situações.

Para isso, é preciso separar a parte de descrição que se faz da norma culta da língua, que é tão somente a gramática descritiva de uma variedade da língua. Sírío Possenti afirma “saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola ou saber fazer algumas análises morfológicas ou sintáticas” (POSSENTI, 2009). Para o linguista, o conhecimento acerca da GN deverá ir muito além de regras pré-estabelecidas gramaticalmente, que continuam a serem repetidas ano após ano como verdades prontas e imutáveis, limitando a língua portuguesa à variedade escrita descrita na GN. Já Mattos e Silva entende que a gramática é

A explicitação do conjunto de regras e princípios em que se estruturam as línguas, permitindo seu funcionamento, e que fazem parte do saber linguístico de qualquer ser humano normal, que a utiliza nos variados processos de comunicação verbal sob a forma de uma língua particular, portadora de propriedades específicas (MATTOS e SILVA, 2006, p. 79)

Ao questionar o caráter prescritivo das normas estabelecidas pela gramática tradicional, a autora acima citada aborda a aceitação cada vez mais difundida de que a língua falada na sua natural variação deve ser o ponto de partida, a base inicial para o ensino da escrita e da leitura. É necessário, segundo os especialistas, admitir que os primeiros graus não são adequados para o ensino do tipo de gramática que tem por objetivo a explicitação da organização estrutural de uma língua particular. No parecer da autora, alguma gramática deverá ser ensinada, mas a partir do momento em que se tornar necessário regular a fala e a escrita dos alunos aos padrões de uso definidos como ideais. Neste fundamento, ela concorda com Sírío Possenti (2009) no que concerne ao seguinte conceito:

Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua. (POSSENTI, 2009, p. 30)

Parece consenso entre os linguistas que o ensino da gramática, normalmente prescritivo, não deve ser apegado às regras normativas estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, em que há uma ausência total de atividades de produção e compreensão de textos. No entender desses teóricos, estas duas habilidades, ler e escrever, favoreceriam ao educando o exercício de forma efetiva da língua. Diferentemente daquilo que ocorre na prática, pois “grande parte dos problemas escolares estão basicamente no domínio de textos

não da gramática em si” (POSSENTI, 2009, pg. 32), como bem discute este autor. Se a “função da escola é ensinar o português padrão” (POSSENTI, 2009, pg. 32), conforme pesquisas empreendidas, por outro lado, isso ocorre de forma deturpada, pois a escola preocupa-se em cumprir programas pré-estabelecidos sem considerar as dificuldades dos alunos acerca de determinadas regras. Travaglia (2009), alinhado às ideias defendidas de Possenti (2009), acrescenta que

Aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistematizada em sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipóteses e verificação do acerto ou não dessas hipóteses sobre a constituição de funcionamento da língua (TRAVAGLIA, 2009, p.107).

Ou seja, para o autor, a aprendizagem efetiva do código linguístico esta muitoalém de reproduzir normas e regras, de assimilar atividades e de *decorar* conceitos. Espera-se que com o ensino da gramática, o aluno também possua domínio da língua para adquirir competência comunicativa. Para tal, esse estudo não deve ficar focado somente na parte prescritiva, mas é preciso que o estudante se envolva em situações de interação, que conseqüentemente envolvem a reflexão e a formulação de hipóteses sobre a real constituição e funcionalidade da mesma.

A seguir, colocar-se-á em discussão o que pensam os linguistas quanto ao ensino de gramática nas escolas.

1.1. O ENSINO DE GRAMÁTICA, UMA QUESTÃO APARENTEMENTE INSOLÚVEL

Parece consenso entre Marcos Bagno (2009), Sírio Possenti (2009) e Luiz Carlos Travaglia (2009) que o ideal do trabalho da GN em sala de aula seria através de textos distintos, de tipologias diversas, onde a mesma seria percebida em todo seu funcionamento, ficando evidente a gramática como a própria língua em uso. A ela deveria ser integrada tudo o que deve ser utilizado na construção dos textos em interação comunicativa, não somente atividades que envolvessem conhecimento de algumas unidades e regras da língua que estão restritas ao campo morfológico e sintático. Travaglia acrescenta que é essencial refletir sobre as aplicações das regras de acordo com a situação específica, ressaltando que uma mesma regra não é válida para todas as situações. Logo, estas devem ser analisadas de acordo com

um contexto específico e mutável. Afinal, não se aprende pela repetição de exercícios, mas por práticas significativas.

É preciso entender que dominar uma língua não significa apenas incorporar um conjunto de itens lexicais (o vocabulário), um conjunto de regras de estruturação de enunciados, um conjunto de máximas ou princípios de como construir um texto oral ou escrito (TRAVAGLIA, 2009, p. 107).

A insistência neste tipo de prática está desvirtuando o ensino de língua portuguesa – normalmente associado aos conteúdos elaborados pelos gramáticos em seus compêndios – criando um abismo entre como se fala naturalmente e de como deveria se falar. Nesse aspecto, Bechara (1985) assevera que a concepção de uma língua única e imutável está hoje desatualizada, já que se “passou a privilegiar o coloquial, o espontâneo e o expressivo, com reflexos no ensino da língua, que alargou a influência do coloquial dentro da escola” (BECHARA, 1985, p. 17). Em suas considerações finais, esse mesmo autor considera ainda que a gramática por si só é insuficiente para a aprendizagem efetiva da língua, por não possuir a única essência da mesma. Logo, é inconcebível e incoerente dizer que não se usa de forma correta a língua até que a mesma seja descrita em uma nomenclatura gramatical. Sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua portuguesa entendem que

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacentes às prescrições normativas da GN escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta mais na análise empírica dos usos da língua (PCNs, 5ª a 8ª séries, 1998, p.29).

Fica claro, portanto, que não se pode pensar que aprender estruturas gramaticais está reduzido à receitação de regras, tendo um posicionamento passivo. É indispensável que a escola se conscientize da necessidade atual de formar usuários críticos da GN que, baseando-se em uma posição reflexiva diante de estudos que envolvam análises gramaticais, reflitam sobre suas regras e aplicações. Não se trata de afirmar que GN desprestigia construções relacionadas à fala, que se deve excluir o ensino das regras, não! Contudo, é preciso que estas sejam utilizadas de forma esclarecedora para que o ensino linguístico não seja em vão. No que se refere a isso, Uchoa acredita que “o ensino gramatical, ao longo do processo escolar, não deve ficar restrito ao nível de análise”. (UCHÔA, 2007, p. 82), pois a escola deve estabelecer prioridades, mas sem desprezar atividades de reflexão sobre a

linguagem, promovendo formas de interpretação que envolva a leitura, a escrita, a narrativa oral e o debate.

Por exemplo, quando um professor descreve a sintaxe e a morfologia presentes em expressões aleatórias, ele deve certificar-se de que os alunos sabem usá-las e as entende, empregando-as e adequando-as às situações concretas e distintas. Afinal, ensinar gramática é ensinar a língua nas suas diversas situações de usos e ensinar as normas é ensinar o domínio dessas situações, como confirma as palavras de Marcos Bagno ao ressaltar que “todas as línguas mudam, toda língua é um corpo em movimento, em formação e transformação, nunca definitivamente pronto” (BAGNO, 2006, p. 10).

Pelo o que se falou até aqui, parece claro que a crítica básica dos linguistas ao ensino tradicional recai sobre o caráter excessivamente normativo que rege as aulas de Língua Portuguesa. As aulas de gramática são apresentadas como meras transmissões de conteúdos exibidos em livros didáticos, nos quais não há uma exposição reflexiva sobre a norma e a ocorrência linguística. Sem falar que aspectos importantes no ensino da língua materna como a leitura e produção de textos são colocados em segundo plano. O texto deve ser o centro do objeto de estudo da linguagem, visto que ele é a manifestação viva da mesma. Logo, o ensino normativo estaria subordinado ao texto e as regras que o compõem, não podendo ser apresentadas em frases soltas, desconexas de contexto.

Nesse sentido, parece ser senso comum entre os linguistas Gnerre (1998), Possenti (2009), Bagno (2009) e Travaglia (2009) que deve haver o abandono da memorização exaustiva de conceitos e regras retiradas aleatoriamente de textos, em vista de um código coloquial mais flexível. Quanto à GN, as críticas referem-se por estas serem imprecisas e insuficientes para abranger todos os fatos que compõem a língua. É preciso reestruturar a forma com que a gramática tradicional é trabalhada em sala de aula, dando ao aluno a oportunidade de refletir sobre suas normas, consultando-a sempre em caso de dúvidas. Neste último caso, Travaglia entende que “a perspectiva textual tem a possibilidade de fazer com que a gramática seja flagrada em seu funcionamento, evidenciando que a gramática é a própria língua em uso” (TRAVAGLIA, 2009, pg. 109).

Assim, a gramática é e sempre será uma descrição parcial e circunstancial de alguns fatos da língua. Logo, é necessário torná-la um instrumento auxiliar pela busca de domínio da

norma padrão por parte dos alunos, mas não há como fazer isso sem uma reflexão sobre o conteúdo real que a compõe.

Sobre esta questão, Possenti (2009) esclarece que o mais importante é que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras e que se torne capaz de expressar nas mais diversas circunstâncias. Dessa maneira, a escola deverá criar condições para reflexões de conteúdos que os alunos desconhecem, ou com as quais não possuem familiaridade. Dentro do contexto escolar, o ideal seria, como já foi explicitado anteriormente, dar prioridade absoluta para a leitura, a escrita, a narrativa oral, o debate e todas as formas de interpretação, desvinculando-as das lições de nomenclatura e análises sintáticas, entranhadas na prática corrente, já que é incoerente concordar com formas de ensino que reduzam a língua a uma única variedade, mesmo que esta seja a única socialmente prestigiada

As gramáticas tradicionais nos dão a impressão de exaustividade às custas de uma extrema superficialidade e vagueza. É o conhecimento da língua que faz com que compreendamos aquilo que os compêndios gramaticais dizem ao seu respeito e é eventualmente a falta de domínio de determinada estrutura que faz com que os alunos apresentem dificuldades de análise. (POSSENTI, 2009, p. 86).

Em consonância à teoria apresentada acima, Uchôa assevera que “a gramática por si só, evidentemente, não é suficiente para a aprendizagem prática da língua, porque o saber falar uma língua não é só ter competência gramatical (domínio de regras) correspondente a esta língua”. (UCHÔA, 2007, p. 24). Neste aspecto, isso vai de encontro ao que Possenti acredita ser a primeira tarefa da escola, como sendo o de “[...] [do ponto de vista da gramática] aumentar o domínio de recursos linguísticos por parte do aluno”. (POSSENTI, 2009, p. 88). Contudo, tal metodologia só é possível através da exposição do aluno às formas linguísticas que ele não conhece, mas que deve conhecer para ser um usuário competente da língua escrita. Os critérios de qualidade de que se vale a GN são muitas vezes problemáticos e com frequência nada tem a ver com a realidade da língua e suas variações.

De forma coerente, a gramática deverá ser ensinada para que o aluno possa desenvolver a competência comunicativa e utilizar adequadamente também a variedade culta da língua. Um novo olhar sobre o ensino padrão, conseqüentemente, evitará a formação de mitos de que o Português é uma língua difícil. (Bagno, 2007)

Auxiliar a isso é necessário que cada professor avalie o livro didático adotado pela escola. Manter-se atento quanto às regras da GN, os conceitos atribuídos e as relações que se estabelecem no texto, deverá ser sua constante, para não reforçar abstrações equivocadas quanto aos usos da língua. Observe, por exemplo, o texto abaixo que foi extraído de uma gramática de característica normativa tradicional.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
 Muda-se o ser, muda-se a confiança:
 Todo o mundo é composto de mudança,
 Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
 Diferentes em tudo na mudança:
 Do mal ficam as magoas da esperança:
 E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto
 Que coberto já foi de neve fria,
 E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
 Outra mudança faz de mor espanto
 Que não se muda já como soia. (CAMÕES, 1551, s.p)

Partindo desse exemplo acima, segundo os preceitos da GN, não se deve repetir palavras ao produzir um texto escrito, pois isso caracterizaria pouco domínio vocabular. Porém, no soneto de Camões, as repetições são consideradas como um recurso muito bem utilizado pelo autor para o reforço da ideia de mudança no poema, transmitindo e enfatizando que apenas a infelicidade e a tristeza não mudam. Logo, a concepção apresentada pelos gramáticos tradicionais, como Napoleão Mendes da Almeida, cujas teorias são baseadas nos “bons escritores”, preferencialmente nos clássicos, não conseguem retratar de fato a realidade linguística do educando, constituindo um dos primeiros entraves para *se encantar* com o estudo gramatical.

Dito isso, segundo João Wanderley Geraldi (2008), o ensino de língua portuguesa deveria centrar-se em três práticas fundamentais: leitura de textos, produção de textos e análise linguística. Ao propor tal metodologia o autor pretende ultrapassar os limites da escola

e da artificialidade, possibilitando o uso aplicativo da língua em suas modalidades oral e escrita. Assim,

Uma coisa é saber, isto é, dominar as habilidades de uso da língua em situações concretas de interação, entendendo e produzindo enunciados adequados aos diversos contextos, percebendo as dificuldades entre uma forma de expressão e outra. Outra coisa é saber analisar uma língua, dominando conceitos e metalinguagens a partir dos quais se fala sobre a língua, se apresentam suas características estruturais de uso (GERALDI, 2008, p.89).

Para o analista, fica fácil comprovar a artificialidade com que a língua é apresentada na sala de aula, pois a partir de pesquisas realizadas, na escola não se escrevem textos, produzem-se redações, que nada mais é do que a simulação do uso da língua escrita. Não se fazem leituras textuais, fazem-se exercícios de interpretação e análise, simulando leituras. Não se faz uma análise linguística, aplicam-se análises preexistentes, simulando-as. Essa artificialidade torna a redação intersubjetiva, ineficaz comprometendo e dificultando a aprendizagem. Essa distorção entre o ideal e o que realmente acontece na sala de aula só desapareceria quando, segundo Marcos Bagno, deixar

[...] de ver a gramática tradicional como uma doutrina sagrada e infalível para que os estudos gramaticais possam voltar ao seu lugar de origem: o da investigação do fenômeno da linguagem, o da tentativa de compreender a relação entre língua e pensamento, o do exame das relações que as pessoas estabelecem entre si por meio da linguagem, parar definitivamente de usar e abusar da gramática tradicional como se nela estivesse contida a verdade absoluta e incontestável a respeito da língua (BAGNO, 2009, p.22)

Dessa maneira, Travaglia (1996) considera que o ensino de gramática deve envolver um trabalho com atividade do tipo *gramática de uso*, *gramática reflexiva* e *Gramática Normativa*, onde estas seriam utilizadas essencialmente para o desenvolvimento da competência comunicativa. Neste sentido, o aluno seria capaz de usar cada vez mais um número maior de recursos da língua de maneira adequada à produção do efeito de sentido desejado em situações específicas de interação comunicativa. Incluiria, portanto, nesta estratégia, o uso das diferentes variedades linguísticas em termos de dialeto e registros das variedades de modo oral e escrito.

É o que também pensa Carlos Eduardo Uchôa (2007) quando apresenta que a gramática deve estar voltada ao nível de descrição, partindo de exemplos concretos de textos

orais e escritos considerando as suas estruturas, abrindo-se deste modo, o leque de recursos expressivos com que se pode contar o falante ou o escritor para a construção de sentido. No conceito deste linguista, quando se fala em textos orais e escritos, não pode ficar de fora os textos produzidos pelos alunos que poderão ser fabricados habitualmente como fonte de construção e reconstrução de expressões da língua. Em acordo com tais concepções, Sírio Possenti (1996) propõe um ensino de gramática que aumente o domínio de recursos linguísticos por parte do aluno. Isso se faz expondo o aluno consistentemente a formas linguísticas que ele não conhece, mas que deve conhecer, para se tornar um usuário competente da língua escrita.

Depreende-se de toda esta discussão que a escola deve acreditar que a saída é ler muito, aumentar o repertório do aluno, suas possibilidades de contato com mundos linguísticos sobre os quais ele ainda possui conhecimento. A partir de tais metodologias, pretende-se, assim, tornar o estudante um bom usuário dos muitos recursos da língua.

2.0. A GRAMÁTICA E A PEDAGOGIA DA CONTRADIÇÃO

O objetivo deste capítulo centra-se na perspectiva de se conhecer como são realizadas as aulas do ensino da norma culta da língua, quais as estratégias de ensino são utilizadas, e se a pedagogia escolhida está condizente com a proposta sociolinguística, tão em voga nos principais teóricos sobre o assunto.

Sob este aspecto, a teoria ora apresentada no primeiro capítulo será novamente recuperada na discussão dos resultados da pesquisa de campo, objetivando a dialética entre realidade e os fenômenos que alguns linguistas entendem que ocorrem sobre o assunto em questão.

Começamos este capítulo com a seguinte afirmativa de (Bagno, 2009): O papel da escola não é somente definir sobre *o certo* e *o errado*, mas esta deve se preocupar também em formar um aluno crítico e reflexivo em todos os campos dos saberes seja no cognitivo ou social. Logo, ela deve ensinar a norma padrão escrita da língua, com o intuito de desenvolver a competência comunicativa do aluno. Porém, seu estudo não deve ser baseado somente nessa premissa, já que além do ensino prescritivo escolar, deve-se buscar também desenvolver a formação ética, crítica e reflexiva do aluno enquanto pessoa.

Contudo, *o certo e o errado* fundamentam as relações de aprendizado na escola, como se pode ver mais adiante nesta pesquisa. Terminada a última seção, discutiu-se sobre o que parece ser coerente por parte dos linguistas quanto ao trabalho das normalizações gramaticais da língua portuguesa em sala de aula. Pensando nisso, reservamos para introdução desta parte do trabalho a amostragem de uma pesquisa realizada em 2007, por Maria Helena de Moura Neves, com seis grupos de professores de Língua Portuguesa de 1º e 2º graus.

Do universo de 170 professores, constatou-se que todos eles, de um modo ou de outro ensinam a gramática, fazendo pouca ou nenhuma distinção do conteúdo de ensino no 1º grau e o que se ensina no 2º grau. Quanto à finalidade do ensino de gramática, verificou-se que quase 50% das indicações do *para que se ensina à gramática* referem-se a um bom desempenho, melhor expressão, melhor comunicação, melhor compreensão. 30% das indicações referem-se à preocupação de normatividade: maior correção, conhecimento das regras e das normas, conhecimento do padrão culto. Já 20% das indicações, entenderam que a finalidade é teórica: aquisição das estruturas da língua; melhor conhecimento da língua; conhecimento sistemático da língua; apreensão dos padrões da língua; sistematização do conhecimento da língua.

Em resumo, a investigação em questão indica alguns resultados interessantes sobre o assunto como: as indicações para utilização da gramática correspondem à aprovação em concursos públicos e possibilidade de ascensão social; o conteúdo gramatical é orientado pelo livro didático e, foi consenso entre os professores pesquisados, que atividades gramaticais estão 100% presentes nas salas de aula. Em relação ao ensino da gramática, 50% dos professores afirmaram a opção pelos textos como ponto de partida dos exercícios gramaticais, 40%, porém, declararam partir da teoria e 05% afirmaram privilegiar a exercitação como ponto de partida das lições.

Verifica-se, portanto, que a metade dos professores, público-alvo desta investigação, utiliza uma pedagogia que vai de encontro às teorias linguísticas apresentadas, conciliando o trato gramatical com a linguagem em sala de aula, através da leitura ou da produção de textos. Este tipo de postura ajuda a levar o aluno a assumir crítica e criativamente a sua função de sujeito do discurso.

Partindo dessas concepções e de tudo que foi apresentado até aqui, avaliaremos a realidade do ensino da GN no *Colégio Estadual Antônio Claret Cardoso* em Alvorada do

Norte – Goiás. A escolha do *corpus* desta pesquisa surgiu durante o estágio supervisionado obrigatório do curso de Letras Português/Inglês e foi realizada, nos meses de março a junho de 2011, nas turmas do ensino médio nos turnos matutino e vespertino. A opção por estas turmas baseou-se nos fundamentos dos PCNs que consideram o ensino médio como:

A consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (PCNs, 2000, pg. 35).

Nesse sentido, pretende-se ver os dois lados da questão quanto ao ensino de gramática, não só o do educador, mas o do aluno, tendo em vista, que se espera, que o jovem de 15-18 anos tenha autonomia e criticidade no que se refere aos conteúdos apreendidos.

Previamente, abordar-se-ão algumas observações, por sua constância nas referidas turmas. Por exemplo, parece que o ensino de gramática se dá sempre de forma normativa, pois não há uma reflexão acerca dos conteúdos propostos, os exercícios geralmente são objetivos, com apenas uma resposta possível, onde as demais possibilidades são descartadas. Até mesmo as interpretações de textos dão ênfase às respostas prontas. Os conteúdos gramaticais são transmitidos através dos livros didáticos e não há uma exposição reflexiva do uso das regras e das particularidades que compõem a GN. As atividades são repassadas aos alunos baseadas no livro didático, com explanações complementares no quadro-giz, onde a professora regente enfatiza os exemplos apresentados e complementa com outros semelhantes e os discentes devem memorizar as regras. Durante a resolução das mesmas, o professor auxilia os alunos e ao término é feita a correção onde se define as *respostas certas* e descarta as *respostas erradas*. Tais comprovações são reforçadas por aquilo que vem sendo sujeitado o ensino de gramática nas salas de aula brasileiras, conforme salienta Travaglia:

O ensino de gramática tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de gramática normativa, que são estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, da qual é tirada a maioria dos exemplos. Tais regras e exemplos são repetidos ano a ano como formas “corretas” a serem imitadas (TRAVAGLIA, 2009, pg. 101).

O perfil dos educandos não foge ao já descrito pelos linguistas que se selecionou nesta discussão. Eles demonstram passividade no que se refere a sua própria aprendizagem. Estão acostumados a receber as respostas prontas, logo, não questionam sobre o que está sendo exposto. Ao se portarem de forma submissa, não questionarem o conteúdo proposto, ajudam a reforçar a normalização inquestionável da gramática na escola. Percebe-se também que por não se identificarem com o conteúdo explanado durante a aula, eles são pouco participativos e muito agitados. Levantam constantemente da carteira, saem da sala e ao serem questionados sobre a compreensão de determinado conteúdo, mantêm-se calados. Assim, eles possuem grandes dificuldades em adequar as regras às diversas situações, dificuldades essas que se apresentam durante a resolução das atividades, na produção textual, e, depois, refletindo no baixo desenvolvimento escolar.

A seguir, apresentar-se-ão os dados na tentativa de visualizar a situação das aulas de gramática em uma escola pública de Alvorada do Norte-Goiás.

2.1. A REAL SITUAÇÃO DAS AULAS DE GRAMÁTICA NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO EM UMA ESCOLA DE ALVORADA DO NORTE - GOIÁS

O *Colégio Estadual Antônio Claret Cardoso* é a única instituição do ensino médio em Alvorada do Norte. Localizado no bairro de Alvoradinha, ele recebe alunos de toda circunvizinhança, das fazendas, municípios e povoados próximos. Como se pode constatar pelos dados distribuídos na tabela 1 abaixo.

DISTÂNCIA DA MORADIA DO ALUNO EM RELAÇÃO À ESCOLA	Nº	TOTAL %
*LOCALIDADES NO ENTORNO DE ALVORADA DO NORTE	26	74,5
PERTO DA ESCOLA	12	25,5

TOTAL	38	100,0
--------------	-----------	--------------

Tabela 1: * Localidades em questão: CASEGO, povoado Santo André, trevo, povoado Santa Maria, povoado Mundo Novo, Bairro Ipiranga, assentamento M2, Simolândia.

Muito se tem discutido que não só as aulas desinteressantes estão associadas ao fracasso escolar, outros fatores adversos contribuem para isso, como a pouca infra-estrutura das escolas e o fato de o aluno morar muito distante de onde estuda. Como se pode constatar a maior parte dos alunos necessita do transporte diário para chegarem à escola. Possivelmente, se no decorrer do ano, os discentes perceberem que não há *um ganho* da escola em suas vidas, principalmente quando obtêm baixas notas, acabarão desistindo.

Em se tratando do ensino, este é disponibilizado à comunidade escolar em três turnos (matutino, vespertino e noturno), sendo que no turno vespertino e noturno, concentrasse a maior quantidade de estudantes oriundos da zona rural. Em relação à renda *per capita* da família dos alunos pesquisados, 81,6% destas ganham menos que dois salários mínimos, sendo que 18,4% recebem mais de dois salários mínimos por família, o que pode se ratificado pelo gráfico abaixo.

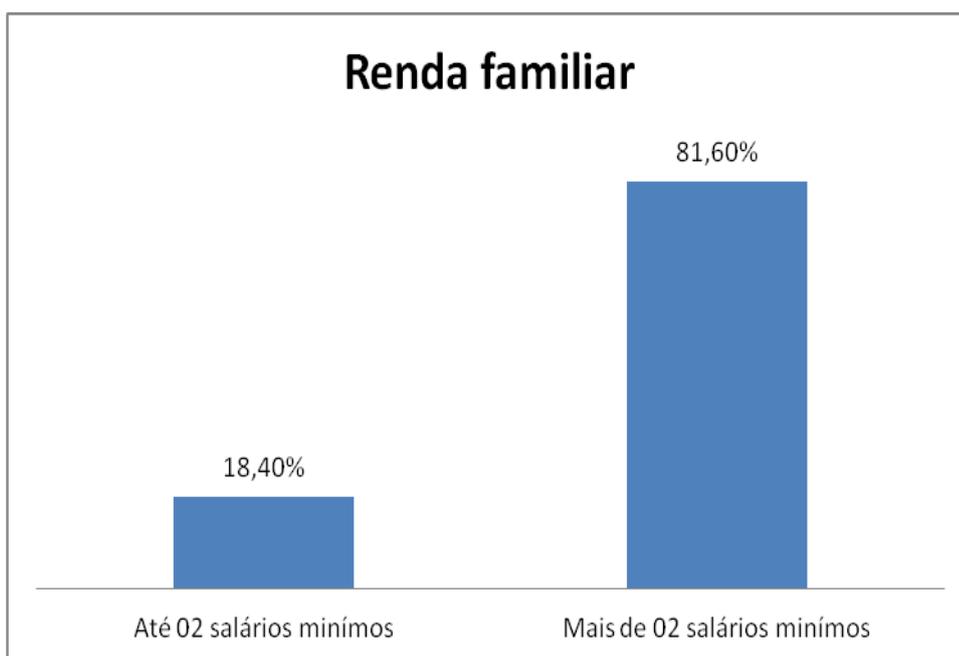


Gráfico 1: Renda Familiar

Nesta questão, entendemos que a baixa renda familiar impede que os pais possam pagar reforços escolares aos filhos que estão com dificuldades na escola, ou até proporcionar um ensino de melhor qualidade para aqueles que mantêm média durante o ano.

Este estudo pesquisou um grupo de trinta e oito alunos, sendo que vinte e sete estudam no turno da manhã e os onze restantes à tarde. O quadro de alunos é muito diversificado com faixas de idade que variam entre 14 a 17 anos. A base do conhecimento entre eles também varia, pois fazem parte de uma mesma turma, alunos que estudaram o ensino fundamental em escola particular e os outros na escola pública em nível estadual e/ou municipal.

Para construir o perfil dos discentes, outro fator importante de ser informado é o nível de reprovação dos mesmos, que consideravelmente é baixo, inferior a 30%. A maioria dos alunos que foram reprovados alguma vez deu-se no 4º ano do 1º ciclo, tendo como disciplina de maior índice de reprovação a Língua Portuguesa. Tais dados estão representados no gráfico abaixo.

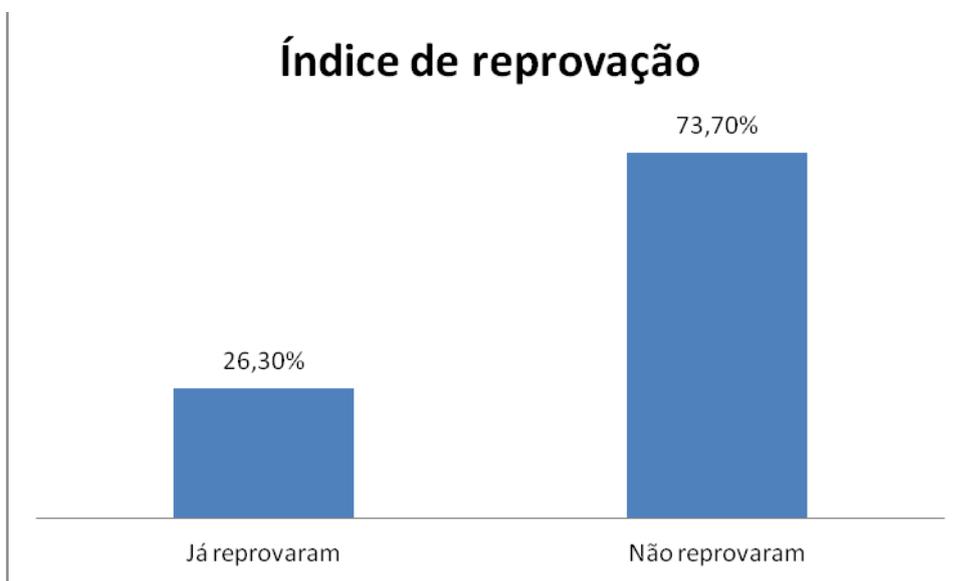


Gráfico 2: Índice de reprovação

Em se tratando do corpo docente pesquisado, estes lecionam só gramática. No quadro do colégio em questão, fazem parte como docentes responsáveis pela referida matéria apenas duas pessoas. Ambas são pós-graduada em Língua Portuguesa, efetivas, com mais de 21 anos de magistério.

Ao serem questionadas como é ser professor de gramática, elas afirmaram que é um desafio diário, pois os alunos estudam, mas parecem que nunca tiveram contato com a GN, tal a dificuldade que eles têm no que se refere aos conteúdos. Essas dificuldades, segundo elas, são consequências da base mal formada, repleta de lacunas durante a trajetória do aluno até ali. Assim, segundo as mesmas, quando o estudante chega ao ensino médio, há a necessidade de ensinar os conteúdos anteriores, infelizmente de forma superficial, já que outros conteúdos a serem vencidos.

No que tange ao fracasso escolar, para elas, é fruto do próprio desinteresse do aluno, que não demonstra empenho e dedicação acerca dos conteúdos, por mais que o professor trabalhe de forma prazerosa. Ambas as docentes afirmaram que durante das aulas de gramática, os alunos conseguem assimilar parcialmente as regras. Elas mesmas consideram que as aulas de normalização da língua padrão são cansativas e maçantes, apesar de serem de fundamental importância. Segundo as entrevistadas, o ensino gramatical na escola oportuniza aos alunos o conhecimento da norma padrão, objetivando o uso adequado da língua em momentos oportunos, como na sua vida acadêmica e profissional. Sobre isso, Travaglia considera que o ensino efetivo de gramática favorece que o aluno domine a língua, para adquirir competência comunicativa, sendo que dominar uma língua não significa apenas incorporar “um conjunto de itens lexicais” (TRAVAGLIA, 2009, p. 32).

Apesar de ser coerentes estas falas das docentes quanto ao ensino-aprendizagem da gramática, o que se percebeu na realidade não foi o ideal. O exercício de fixação e não de reflexão sobre a norma padrão fazia com que os alunos tivessem grandes dificuldades no decorrer das atividades. O obstáculo se fez basicamente na utilização de um mesmo elemento linguístico em contextos distintos dos apresentados no momento da explicação. Dessa forma, a maneira como foram ministradas as aulas não foram suficientes para que os alunos obtivessem a abstração necessária para executar novos arranjos linguísticos, pensando na língua como algo de mobilidade e transmutabilidade.

Na abertura do conteúdo, os professores de língua portuguesa em estudo não fizeram uma abordagem sobre o tema, inquirindo se o aluno tem conhecimento prévio sobre o assunto. Não existe um momento de reflexão sobre a norma culta e sua aplicabilidade no contexto social do jovem. O estudo é predominantemente teórico, voltado quase que exclusivamente para as normas. Observa-se a partir das pesquisas empreendidas que não se leva em consideração as descobertas dos estudos linguísticos mais modernos.

Esta postura docente não condiz com os PCNs de língua portuguesa, que além de promover uma reforma curricular também orienta o professor na busca de novas abordagens e metodologias. Nessa medida, entende-se que a construção do saber é um processo contínuo. Assim, o professor deve propor

[...] no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização (PCNs, s.d., p. 05).

Os preceitos neste trecho explicitados não conferem com a realidade ditada no dia-a-dia da docência destas turmas pesquisadas, pois as aulas de língua portuguesa são basicamente compostas por atividades de fixação extraídas da GN, pelo método da repetição de frases prontas e descontextualizadas. Esse conceito de norma culta ou padrão que vigora nas gramáticas normativas e que tem sido a base do ensino atual advém de uma postura ideológica que acaba gerando preconceitos como a concepção de que a norma culta constitui o português *correto* e tudo aquilo que foge à norma representa um *erro*, como assevera Castilho (1988). Ora, sabe-se que não existe um *português certo* ou *errado*, já que todas as variedades são igualmente eficazes em termos comunicacionais nas situações em que são de uso esperado e apropriado, conforme Travaglia (2009). O autor aponta ainda que a variedade da escola não seja só a norma culta, mas também o trabalho com as variedades adequadas a situações em que a norma culta não será a mais conveniente, já que, para ele, assim como para Uchôa (2007) e Bagno (2009) é inadmissível a atitude de querer que o aluno apague a variedade de seu grupo de origem e/ou substitua por outra.

Talvez seja por isso que, para os discentes aqui pesquisados, português é a disciplina menos indicada para a questão da matéria de que mais gostavam. Esta disciplina não parece atrativa aos alunos. Contudo, não se pode afirmar apenas com este dado o motivo dos alunos preterirem esse conteúdo em relação aos outros. Sabemos que são inúmeros os fatores, tais como a empatia com o professor, a forma como ministram suas aulas, se essas são enfadonhas e muito teóricas, dentre outros motivos. Outras afirmações podem ser abstraídas do gráfico a seguir, tais como, a de que o maior índice, ou seja, 1/3 dos alunos, preferem biologia. Além disso, o segundo maior valor mostra que eles também têm interesses multidisciplinares. Surpreendentemente, a matéria de Redação supera a das aulas linguísticas, com isso

deprendemos que escrever e ler não constitui um estorvo para eles, mas compreenderem a teorização da língua sim.

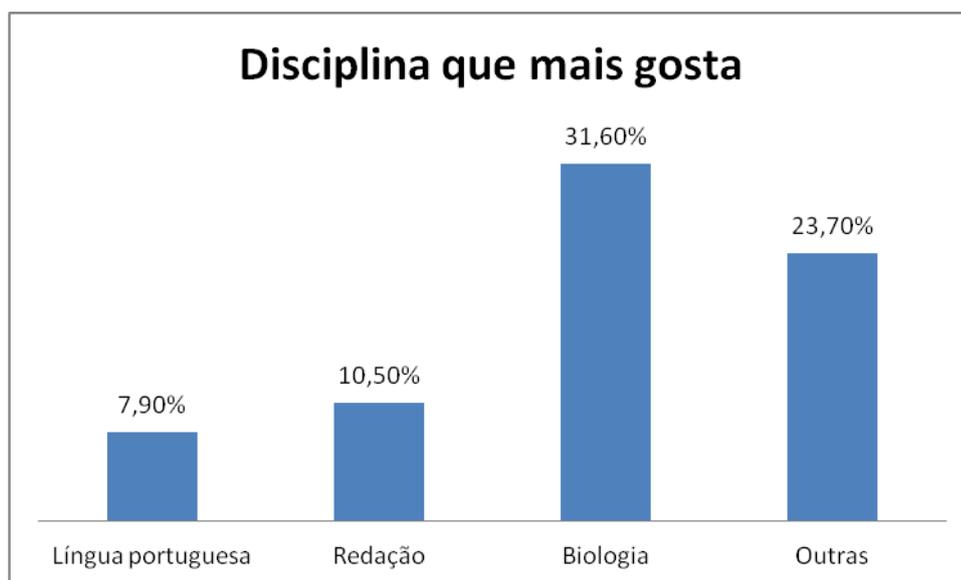


Gráfico 3: Disciplina que mais gosta

No quesito, *gosta de gramática?* A maior parte dos alunos afirmaram gostar da disciplina. Contudo, o gráfico anterior contradiz esta afirmativa, pois a Língua portuguesa ficou em último lugar na opção de preferências. Entende-se com isso que o aluno pouco domina o que venha fazer parte da disciplina. Eles não compreendem as particularidades de um conteúdo para outro, assim quando interpelados escolhem qualquer opção. Reafirma-se isso com tranquilidade, já que se observou durante as aulas alunos inquietos e desinteressados. Sem falar na conversa generalizada e na pouca concentração dos alunos na hora dos exercícios propostos pelo professor.



Gráfico 4: Gosta de gramática?

Um dos fatores creditado a essa afinidade com a disciplina é demonstrada no gráfico 4, caracteriza-se pela discrepância que já se comentou. Sem dúvida, há um desconhecimento do alunado, pois eles não entendem o que vem a ser realmente as subdivisões da Língua Portuguesa e o que seja realmente gramática. Daí, quando questionados, dizem gostar do conteúdo, mas na prática permanecem avessos e apáticos, como foi observado.



Gráfico 5: Acha as aulas de gramática interessante?

Ao serem indagados sobre *qual área da gramática eles sentiam maior interesse,*

percebe-se que a escolha dos conteúdos foi feita de forma aleatória, pois os alunos não conseguem diferenciar as diversas áreas que compõem o estudo gramatical. O gráfico que segue abaixo confirma que a maioria dos entrevistados não marcou nenhuma opção por mero desconhecimento. Dessa maneira, não podemos confirmar que o grupo pesquisado compreende o que seja a subárea de morfossintaxe e seus elementos, tampouco as de fonologia e fonética.

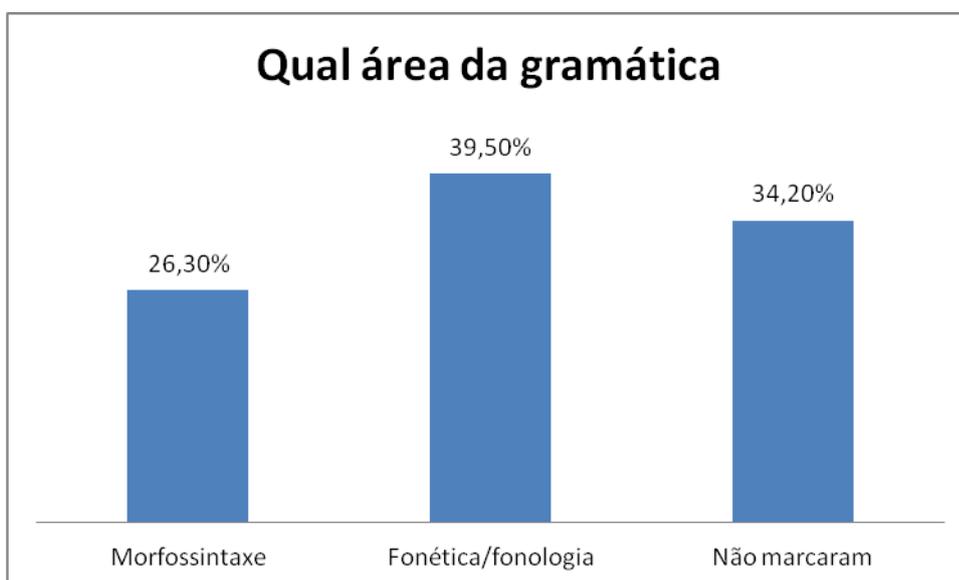


Gráfico 6: Qual área da Gramática?

No próximo gráfico, apresentar-se-á o resultado referente às dificuldades dos alunos concernentes à feitura de exercícios e provas em que são cobradas conteúdos gramaticais.

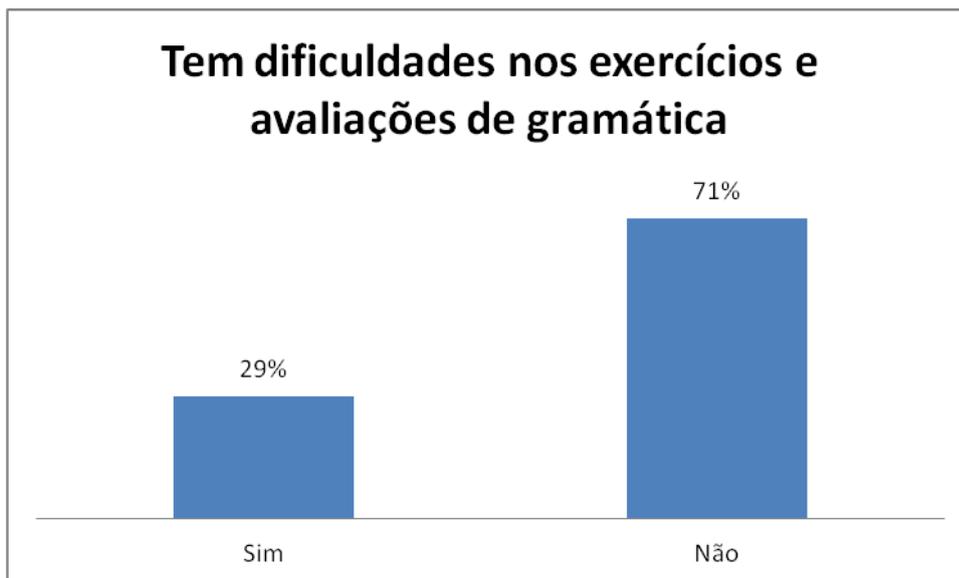


Gráfico 7: Tem dificuldades nos exercícios e avaliações de gramática?

Como foi discutido, no início deste capítulo, os alunos, de forma geral, possuem muitas dificuldades no que se refere aos conteúdos de gramática. Essas complicações refletem-se, entre outras coisas, no alto índice de *erros* de ortografia. Percebe-se que eles compreendem parcialmente as regras expostas e não conseguem aplicá-las efetivamente em contextos distintos. No que se refere a isso, Uchôa (2007) afirma que

Pode se dizer que ao ensino de saber metalinguístico – definições, classificações dos elementos constitutivos da língua, descrições ou prescrições – e a um ensino ainda normativo absolutista, o ensino gramatical tem se mostrado comprovadamente improdutivo, por pouco contribuir para a maior eficiência da prática da leitura e da produção textual, é enfadonho mesmo, pela sua previsibilidade, com tópicos gramaticais reiterados ao longo de todo processo escolar (UCHÔA, 2007, pg.28).

Concluindo, sabe-se que uma educação de qualidade oportuniza o ingresso do indivíduo às melhores colocações no mercado de trabalho – e isso para o aluno passa a ser um diferencial. Diante desse mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem, a educação surge como uma necessidade indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. Há, portanto, necessidade de se romper com modelos tradicionais, para que se alcancem os objetivos propostos para o Ensino Médio. (PCNs, pg. 13). Assim, espera-se que o ensino atual da gramática nas escolas, principalmente a pública, mude o referencial não só nas aulas ministradas de Português, mas em todo o currículo proposto, esta metodologia mostra-se improdutivo. Logo, é necessário reorientar o ensino

fundamentando-o constantemente. Nas aulas dessa disciplina, observou-se que “os professores ensinam basicamente o que está proposto pelo livro didático”, um fenômeno recorrente nas literaturas sobre o tema, como bem discute Nunes (2001, p. 68) e Travaglia (2009, p.158).

2.1. PROPOSTAS PARA O ENSINO DE GRAMÁTICA

Primeiramente, muitos estudiosos, dentre eles Gnerre (1998), Bagno (2009), Travaglia (2009), Possenti (2009) e, propõem que o objetivo de ensino da língua materna é desenvolver a competência comunicativa. Logo, deve-se buscar um ensino produtivo que vise à aquisição de novas habilidades linguísticas, sem desmerecer o ensino descritivo e o prescritivo. A proposta é trabalhar a gramática em uma perspectiva mais ampla, mais formal, no funcionamento textual-discursivo dos elementos da língua, já que

A perspectiva textual tem a possibilidade de fazer com que a gramática seja flagrada em seu funcionamento, evidenciando que a gramática é a própria língua em uso (...) passa-se a ver como integrando a gramática tudo o que é utilizado e/ou interfere na construção e uso dos textos em situações de interação comunicativa e não só conhecimento de alguns tipos de unidades e regras da língua restritas ao campo morfológico (TRAVAGLIA, 2009, pg. 109)

Para que tais objetivos sejam efetivamente alcançados e que essas práticas aconteçam realmente na prática escolar é necessário, segundo os PCNs (2000, p. 74-75), desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências, que são pré-requisito tanto para a inserção profissional mais precoce quanto para a continuidade de estudos.

Dessa forma, acreditamos ser imprescindível:

- 1). Trabalhar as linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação, mas como constituidoras de significados, conhecimentos e valores;
- 2). Adotar estratégias de ensino diversificadas, que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio;
- 3). Promover a interação, cooperação, discussão entre aluno-professor e aluno-

aluno para a permanente negociação dos significados dos conteúdos curriculares, de forma a propiciar formas coletivas de construção do conhecimento;

4). Utilizar todos os procedimentos e atividades que permitam ao aluno reconstruir ou *reinventar* o conhecimento didaticamente transposto para a sala de aula, como a experimentação, a execução de projetos, o protagonismo em situações sociais;

5). Organizar os conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;

6). Trabalhar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido;

7). Estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual;

8). Estar atento às reações e sentimentos do aluno associados às situações de aprendizagem, facilitando-lhe sua relação com o conhecimento.

Elencado algumas diretrizes para uma pedagogia voltada para a criticidade e autonomia, entendemos que o professor de língua portuguesa e aqueles de outras áreas deverão ter em mente que a formação básica a ser buscada no Ensino Médio será realizada mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas do que pela quantidade de informação. Assim, o aluno estará mais habituado a aprender a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, fazendo sempre a ponte entre teoria e prática, estará preparado para a vida fora da escola.

O mesmo entende Marcos Bagno (2009) que propõe para tais aulas um ensino crítico da norma padrão, onde a escola tem de se abrir a todos os gêneros em que se pode concretizar o uso da língua. Esse sentido crítico obriga necessariamente um questionamento da legitimidade da norma padrão, uma abordagem reflexiva dos processos históricos, sociais e políticos que levaram a constituição das regras geralmente prescritivas.

CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho foi possível fazer um paralelo entre teoria e prática, onde muitas vezes ambas não são condizentes. Através da pesquisa de campo realizada em uma escola pública em Alvorada do Norte, constataram-se as divergências que regem esses campos do saber. Os estudos gramaticais, apesar das transformações sofridas diacronicamente, ainda continuam a serem ensinados no meio escolar de forma tradicional, sem apresentar as diversidades existentes na língua, ocorrendo assim, uma linguagem reprimida voltada para análise gramatical, sem reflexão do que está sendo exposto para o aluno.

Por meio de todos os teóricos apresentados neste estudo, entende-se que o ensino da gramática deve ser contextualizado, levando o aluno a assumir sua função de sujeito no momento do uso efetivo da língua. Porém, isso não acontece na escola em questão, em que as aulas observadas são basicamente expositivas. O professor expõe os conteúdos, utiliza exemplos similares e os alunos anotam acerca de um ou outro ponto abordado, respondendo as atividades solicitadas, que posteriormente são corrigidas. Durante a correção, as respostas que não estiverem de acordo com a GN são descartadas.

Contudo, partindo do pressuposto de que o papel da escola é ensinar o português padrão (Possenti, 2009), faz-se necessário interligar a esse posicionamento estudos linguísticos que favoreçam e enfatizem uma aprendizagem significativa para o estudante. Não se concebe mais um ensino fechado em si mesmo, com regras preestabelecidas sem espaço pra reflexão dessas normas, esse não cabe mais no contexto atual. Logo, torna-se fundamental ressaltar que o ensino de GN é bastante válido, desde que não venha a ser imposto como único, pronto e inalterável, pois a língua é um corpo em constante evolução. Nesse sentido, faz-se imprescindível um estudo voltado para a análise, questionamentos e reflexões acerca da aprendizagem das normas explicitadas na GN.

Quanto aos dados coletados nas turmas pesquisadas, percebeu-se que as professoras continuam a reproduzir a postura tradicionalista no ensino de GN, talvez, pelo engessamento que há quando o profissional tem muito tempo de serviço e se considera alheio às inovações de conteúdo e de pedagogia. O professor ainda representa a autoridade com o conhecimento e o aluno ainda desempenha o papel de mero receptor de informações, a quem não é dado espaço para questionamentos e reflexões acerca dos conteúdos aplicados.

No que se refere aos alunos que participaram da pesquisa, nota-se nos mesmos uma postura passiva, pois formam acostumados a receber respostas prontas. Não possuem senso crítico, reflexivo ou questionador em relação à disciplina. Estão condicionados a um ensino metodista e normativo. Em relação à aprendizagem gramatical, percebe-se que eles não possuem o domínio efetivo das regras, pois estas não conseguem contemplar as particularidades presentes na língua.

Feitas as observações, conclui-se assim, que as gramáticas normativas não conseguem retratar de fato nossa realidade linguística, como aponta Bagno (2009). O que os linguistas defendem, conforme explicitados nos capítulos desta pesquisa, é que o ambiente escolar deve ser um espaço onde os estudantes, como usuários efetivos da língua portuguesa, devem assimilar um número cada vez maior de recursos da mesma, adequando-os à produção de sentidos em situações comunicativa diversas. Tal abordagem inclui o uso das diferentes variedades linguísticas, voltada em nível de descrição, partindo de exemplos concretos de textos e conseqüentemente, abrindo o leque de recursos expressivos, transgredindo as normas estabelecidas.

REFERÊNCIAS

- ABNT – *Associação Brasileira de Normas Técnicas*. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: s/ed. 2002
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. 49ª Edição. São Paulo: Loyola, 2007
- _____. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Parábola, 2009
- _____. *Dramática da Língua Portuguesa – tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática*. Opressão? Liberdade? Rio de Janeiro, Lucerna, 1985.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Mudanças*. 1555. In: www.lusdecam.htm
- GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ática, 2008.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. 7ª Edição. São Paulo: Contexto, 2005
- _____. Rosa Virgínia. *O português são dois... Novas fronteiras, velhos problemas*. 2ª edição. São Paulo, Parábola, 2006.
- MOURA NEVES, Maria Helena de. *Que gramática estudar na escola?* 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. Maria Helena de. *Gramática na escola: repensando a língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2007.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 21ª reimpressão. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.
- PCNs de Língua Portuguesa. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio. Ministério da Educação e do Desporto. 2000.
- SOARES, M. 1986. *Linguagem e escola – uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática, ensino plural*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. *Gramática e Interação - Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 14ª Edição. São Paulo: Cortez, 1996.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: Caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

ANEXOS

Nome:

Série: **Turma:**

Turno:

() Matutino () Vespertino () Noturno

Mora perto da escola?

() Sim () Não

Onde?

Renda mensal da família:

() até 2 salários mínimos.

() mais de 2 salários mínimos. Quanto?

Já teve reprovação? Qual série? Qual disciplina?

.....

() não tive reprovação.

Qual disciplina mais gosta?

() Português () Literatura () Redação () Geografia () Matemática

() Física () Química () Biologia () outras

Gosta de gramática?

() sim () não

Qual área da gramática?

Sintaxe Morfologia Morfossintaxe Fonologia Fonética

Acha as aulas de gramática interessantes?

sim não

Tem dificuldades nos exercícios e avaliações do conteúdo de gramática?

sim não

Nome: -----

Faixa etária até:

() 29 anos () 30 a 39 () 40 a 50 () mais de 50

Formação acadêmica: _____

Disciplina que leciona: _____

Tempo de magistério: _____

Nível de ensino: _____

Local de trabalho: _____

Município que trabalha: _____

Regime de trabalho: () Nomeado estatutário () Contratado(a) () Concursado(a)

Carga horária de trabalho: _____

Trabalha em uma escola: () Pública municipal () pública estadual () particular

- 1) Como é ser professor de gramática e por que a escolha de trabalhar com essa disciplina?
- 2) O que significa ensinar gramática no contexto atual?
- 3) Como você trabalha o ensino de gramática em sala de aula? Quais metodologias você considera válidas para o ensino dessa disciplina que assusta os alunos?
- 4) Quais os entraves encontrados no momento de ensino-aprendizagem no ensino-médio?
- 5) Qual a sua concepção sobre “Por que ensinar gramática na escola”?
- 6) Você percebe quando há aprendizagem no ensino das regras gramaticais? Como é sua avaliação?
- 7) Como você acha que seria um ensino prazeroso e significativo nessa disciplina?

- 8) Relate sobre seu trabalho, sua relação com seus alunos, como tenta atingi-los no momento de ensinar gramática e quais resultados tem alcançado no ensino dessa disciplina?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA
Curso: Letras/Português- Inglês

FICHA DE CONTROLE E FREQUÊNCIA

Declaração da entrega das Atividades propostas no Regulamento

Projeto de Monografia

Monografia

Declaro que os (as) alunos (as) Graciele Gomes das Neves e Raquel Alves de Queiroz realizaram, cumprindo os prazos, a atividade acima assinalada da Monografia, estando apto a depositá-la, conforme previsto no regulamento na seguinte situação:

- concluída e finalizada (redigida e digitada).
- em fase de conclusão (indicar o que esta faltando).
- em fase de elaboração (indicar o estágio em que se encontra).
- realizou a Monografia passo a passo, conforme a orientação do orientador.
- não realizou a Monografia passo a passo, conforme a orientação do orientador.
- trouxe a Monografia finalizada sem o conhecimento do orientador.

OBSERVAÇÃO:

Posse, 28 de Novembro de 2011.

Orientador(a)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

D E C L A R A Ç Ã O de REVISÃO ORTOGRÁFICA

Eu, Juliana Braz de oliveira, professora de português, DECLARO que realizei a Revisão ortográfica completa da Monografia do Curso de Letras Português/Inglês dos (as) acadêmicos (as) Graciele Gomes das neves e Raquel Alves de Queiroz observando as recomendações da NGB do ponto de vista ortográfico, morfológico, sintático, semântico, principalmente coesão e coerência no *corpus* do texto.

Para efeito de documento, firmo a presente declaração.

Posse, 28 de Novembro de 2011

Professora

Professora: Juliana Braz de Oliveira

Endereço: Av. Jardim Brasil Qd. 21 Lt. 02 Simolândia - Goiás

Telefone fixo: Não possui

Cel.: (62) 9804 6631



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE POSSE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

DECLARAÇÃO dos DISCENTES

Declaramos para fins documentais que nossa Monografia apresentada ao Curso de Letras Português/Inglês da Unidade Universitária de Posse – GO é original, e não se trata de plágio; não havendo, portanto, cópias de partes, capítulos ou artigos de nenhum outro trabalho já defendido e publicado no Brasil ou o exterior. Caso ocorra plágio, estamos cientes de que seremos reprovados (as) na Disciplina Monografia.

Por ser verdadeira, firmamos esta declaração.

Posse, 28 de Novembro de 2011

Graciele Gomes das Neves

Raquel Alves de Queiroz